



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ASSÉDIO MORAL A AO ASSÉDIO SEXUAL

#### INFORMAÇÕES GERAIS:

Data: 10/06/2025

Hora: 9h

Local/Modalidade: Remota/Teams

#### PRESENTES:

- Desembargadora Valéria Bezerra Pereira Wanderley
- Dra. Ana Cristina de Freitas Mota (Presidente da Comissão de 1º Grau)
- Dra. Fernanda Moura de Carvalho (Juíza)
- Luciana Azevedo Carneiro da Cunha
- Lauro Holanda Freitas Ferraz
- Representantes do Núcleo de Justiça Restaurativa (Kátia Assad, Maria Teresa, Danielle Sacro)
- Outros membros da comissão e da Coordenadoria da Infância e Juventude

#### PAUTA:

1. Justiça Restaurativa como Estratégia de Prevenção
2. Casos Concretos e Dificuldades
3. Proposta de Criação de Programa Institucional
4. Capacitação e Sustentação
5. Comunicação e Visibilidade da Comissão

#### DISCUSSÕES:

A comissão discutiu a adoção de práticas de **justiça restaurativa (JR)** como ferramenta para lidar com **conflitos não formalizados** e **ambientes de trabalho disfuncionais**, mesmo na ausência de denúncia formal.

#### Eixos da Justiça Restaurativa Destacados:

- **Prevenção:**

Envolvendo círculos de escuta, acolhimento, integração e celebração



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- **Intervenção:**

Aplicação de ciclos mais complexos para tratar conflitos graves.

Foi reforçado que a **voluntariedade** e a **horizontalidade** são princípios inegociáveis dessas práticas.

Embora denúncias formais — especialmente em casos mais graves, como assédio sexual — não sejam encaminhadas à justiça restaurativa, a comissão identificou **potencial de atuação preventiva** em situações informais, como desconfortos entre servidores.

### Proposta de Programa Institucional

Sugeriu-se a criação de um **programa oficial do TJPE** voltado à **prevenção e enfrentamento do assédio**, com base na justiça restaurativa. A proposta inclui:

- **Formação continuada** em comunicação não violenta;
- **Ciclos de cuidado bimestrais**;
- **Equipe própria ou mista**, composta por facilitadores e membros da comissão;
- **Projetos-piloto** em comarcas estratégicas (ex.: Jaboatão, Olinda, Caruaru);
- **Ações específicas** para terceirizados e públicos vulneráveis (ex.: jurados do júri).

A formação de facilitadores deve ser ampliada com **cursos introdutórios presenciais e de curta duração**, visando o engajamento inicial. Também foi apontada a necessidade de **incentivo institucional**, como concessão de diárias e reconhecimento da carga horária dedicada.

Destacou-se que **ações isoladas não são suficientes**: é necessário um **programa estruturado**, com diretrizes e metas claras.

### Desafios e Estratégias de Comunicação

Foi apontada a **falta de visibilidade da comissão**, especialmente entre servidores remotos e terceirizados. Entre as sugestões para ampliar o alcance, destacam-se:

- Divulgação ativa nas redes sociais e no site do tribunal;



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Visitas presenciais às diretorias, com participação direta de membros da comissão;
- Criação de **ambientes seguros de escuta e acolhimento**, inclusive com a formação de facilitadores internos.

### Deliberações Finais

- Construção de um **projeto-piloto** com base nas visitas programadas para julho em comarcas da Região Metropolitana;
- Engajamento de **Tatiana Craveiro**, formadora em JR e membro da comissão, na elaboração do projeto;
- Proposta de **programa institucional** com os seguintes eixos:
  - **Prevenção** (cuidado e escuta);
  - **Formação** (JR e comunicação não violenta);
  - **Intervenção** (conflitos emergentes);
  - **Comunicação** (divulgação e sensibilização);
- Exploração de estratégias para atuação no **segundo grau**, com possibilidade de projeto-piloto específico;
- Reforço da importância da **corresponsabilidade institucional** no enfrentamento ao assédio.

Nada mais havendo a deliberar, a reunião foi encerrada.